

4468  
*Lucio Flavio Pinto*

## O futuro do garimpo

O governador Jáder Barbalho foi anteontem a Brasília com propostas imediatas, e de curto e médio prazo, para "repensar Serra Pelada" diante da "emergência de uma nova convulsão social" que poderia transformá-la "num estopim de tensões sociais, com resultados e consequências imprevisíveis".

O estopim já teria sido aceso, podendo reeditar os incidentes de junho do ano passado. Identificando a Companhia Vale do Rio Doce na origem dos seus problemas, os garimpeiros, quando irritados e revoltados, voltam-se contra ela. A Vale estaria por trás de todos os problemas, desde a recusa do governo em conceder empréstimo à Cooperativa até o não funcionamento das bombas que fazem o esgotamento da água acumulada no fundo da "cava", um buraco que já tem 190 metros de profundidade. Como em 1984, garimpeiros indignados poderiam atacar a sede do Projeto Ferro Carajás ou desviar sua fúria para um alvo ainda mais exposto: a ferrovia, que começou a funcionar em toda a sua linha a partir de fevereiro deste ano.

A convulsão iminente pode não passar de um instrumento de pressão, que os garimpeiros já sabem ser eficaz. Mas pode ser verdadeira. Quem conhece Serra Pelada sabe que seu estado emocional, sempre suscetível às manipulações ou às irrupções bruscas, varia entre os dois extremos. É muito difícil medi-lo convincentemente sem se expor a surpresas.

O governo do Estado também já sabe muito bem que lhe é reservado quando esse quadro de crise começa a se formar. Levando em mãos o primeiro documento articulado que sua administração produziu formalmente sobre Serra Pelada, o governador esperava se apenas o detonador das providências. O presidente José Sarney, porém, reagiu entregando-lhe a própria bomba.

O governador foi mais suave na imagem: admitiu ter recebido um abacaxi, que,

descascável, é bem menos indigesto do que uma bomba prestes a explodir. O próprio presidente deve ter modificado a configuração do artefato que o governador lhe levou: é possível que tenha garantido o empréstimo de 34 bilhões de cruzeiros, que a Cooperativa dos Garimpeiros havia solicitado e contra o qual se colocaram os técnicos do Ministério das Minas e Energia.

Com o dinheiro, a manutenção da Polícia Federal, a retaguarda do DNPM e o auxílio de outros órgãos federais, o governador poderá ir a Serra Pelada nos próximos dias anunciar as boas novas e inverter politicamente a situação num reduto que sempre funcionou como curral eleitoral do antigo sistema — e pessoalmente do deputado Curió.

Será um golpe político sagaz às vésperas de eleição em Marabá, mas certamente o espectro de Serra Pelada vai muito além. O trunfo de hoje pode reverter em problema grave amanhã. Tem razão o governador quando, no documento entregue ao presidente, critica as intervenções oficiais feitas na área, "marcadas predominantemente pelo seu caráter tóxico, episódico". De fato — como também observa o documento — não é mais possível encarar Serra Pelada "sob ótica puramente casuística, nem tampouco sob o enfoque meramente direcionado para a produção de ouro".

As sucessivas intervenções foram motivadas às vezes por questões puramente políticas (e fisiologicamente políticas) ou direcionadas pela conveniência do momento, um método indeciso e variável por um governo que, dizendo-se acima das pressões, fazia justamente sua ciclotimia entre as pressões. Serra Pelada, originada de um tipo "achado", dos muitos que marcam a história da garimpagem em qualquer parte do mundo, mudou de feição conforme a marca que o governo imprimia para atender os interesses de ocasião. Sua rota

não deixa evidenciado qualquer traço de coerência, sendo, pelo contrário, uma amostra cristalina dos desgovernos de uma administração.

A área estava sob os direitos legais da Companhia Vale do Rio Doce. A empresa, voltada para outros minerais, passou sobre o ouro. Os garimpeiros o descobriram. Uma situação fática chocou-se com uma situação de direito. Navegando algum tempo em suas nebulosas, o governo acabou se decidindo pelo fato e, atropelando um direito, criou outro. Transformou a área de Serra Pelada em Reserva Garimpeira, dando aos garimpeiros três anos para extraírem ouro sem o incômodo dos direitos minerais da empresa. Empurrado à força, o decreto da reserva, no entanto, foi preparado com incorreções técnicas: todos sabiam que o limite físico para a garimpagem seria atingido muito antes dos três anos (mesmo com o ritmo de trabalho reduzidíssimo, já foi superado). Surgiria então novo impasse.

Outro problema decorria do esquema de sustentação administrativa do garimpo. Os garimpeiros não queriam mais o governo no controle. Substituíram-no por uma cooperativa, que viveria cobrando uma taxa de 5% sobre a produção. Mas diversos fatores, entre os quais a própria administração da cooperativa, levaram esse esquema à falência. O rebaixamento não foi adequado, o dinheiro não deu para cobrir as despesas (que subiram ao pináculo), a produção caiu, a competência técnica para a condução do processo não era suficiente e o governo teve que voltar ao garimpo. Só que continuaram as suspeições.

Para que a sociedade e os próprios envolvidos na questão não vivam em sobressaltos é preciso que Serra Pelada seja assentada em bases sólidas, legais. As regras devem ser estabelecidas para serem cumpridas. E, espera-se, não mais para atender a uma conveniência de momento.